

**TRANSCRIÇÃO DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE - MINUTA**

40 tiramos uma cópia e faremos uma distribuição para que todos possam ler e
41 colocamos isso em votação depois.

42 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Obrigado.

43 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Em discussão e aprovação da Ata da 74ª
44 Reunião Ordinária. Gostaria de consultar aos conselheiros se têm alguma reparação
45 à Ata enviada? Paulo.

46 O Sr. **Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Entre as linhas 1292 a 1295, apenas o
47 acréscimo de algumas palavras. Onde se encontra “constando, por exemplo,”
48 acrescentar as palavras “a ausência de” daí continua a redação “uma APP”. Então,
49 acrescentar as palavras “a ausência de”.

50 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Acatado, sem nenhum prejuízo ao que
51 está escrito. Mais algum Conselheiro? Não! Em votação a Ata da reunião anterior.
52 APROVADA. Próximo item de pauta é a apresentação, discussão e aprovação da
53 proposta de resolução para licenciamento ambiental. Com a palavra, o Secretário
54 Executivo, Paulo Castella.

55 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (CEMA):- O Instituto Ambiental do Paraná
56 informou ontem que devido a uma convocação de urgência da presidência, não
57 poderiam estar presente. E para que não houvesse prejuízo nesta Resolução que faz
58 alguns anos que está em discussão, a Secretaria Executiva assume a leitura.

59 Só relembro que na última reunião do Conselho esta resolução ficou com
60 poucos itens para serem observados. Um dos itens é o Artigo 4º que fica dispensado
61 o licenciamento estadual e que foi solicitado uma nova redação e acrescido “sem
62 prejuízo ao licenciamento ambiental, os empreendimentos industriais cuja atividade
63 atenda a todos os critérios abaixo”.

64 No outro item, também dentro do Artigo 4º, Parágrafo 2º, há uma nova
65 redação, onde o Instituto propõe: “Mediante a prestação das informações
66 necessárias”. No Parágrafo 3º, do Artigo 4º, também fica acrescida. Também, o
67 Instituto Ambiental do Paraná, atendendo a reunião anterior, o Artigo 5º fica alterado
68 a questão dos abatedouros suínos para 60 cabeças/mês e ovinos 60 cabeças/mês.
69 Mais adiante tínhamos também a questão do anexo 14. Foi pedido a criação do
70 anexo 14 onde seria a forma de dispensa de licenciamento ambiental estadual. Então
71 no anexo 14 que vocês receberam o Instituto Ambiental do Paraná dá o modelo de
72 Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual: questão do protocolo,
73 a Declaração de Isenção para atividade, a identificação do requerente e o
74 detalhamento da declaração de dispensa ambiental, pede para detalhar o teor da
75 declaração, o início de condicionantes para sua concessão, características do
76 empreendimento, localização, área por empreendimento, por área urbana e a
77 questão da validade e autenticação pelo Instituto Ambiental do Paraná, sempre em
78 duas vias. Essa é a proposta que foi enviada pelo Instituto Ambiental do Paraná para

79 ser aprovada nesta reunião ordinária.

80 São somente esses itens do Artigo 4º e 5º e na mudança daqueles
81 Parágrafos já descritos ficam acrescidos o anexo 14.

82 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Consulto aos demais conselheiros se têm
83 alguma sugestão em relação a proposta de resolução apresentada.

84 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Analisando a questão percebi certa
85 falha no procedimento da elaboração dela no que tange a Câmara Temática de onde
86 é oriunda. Pelo o que soube não houve registro em Ata dessas reuniões, não existiu
87 uma participação um pouco mais colegiada. Parece que esta Resolução é um
88 instrumento de imposição, vinda da parte técnica do IAP. Acredito que essa questão
89 de dispensa de licenciamento vai levar a uma questão de autolicenciamento ou
90 autocontrole por parte da iniciativa privada ou particular do empreendedor, ferindo
91 frontalmente a questão do poder de polícia do Estado. Vejo com bastante senso
92 crítico essa questão da dispensa do licenciamento dentro de um contexto de uma
93 bacia hídrica. Isso estou me reportando ao mérito, sem voltar na questão de como
94 esta resolução chegou aqui hoje para discutirmos. Vejo que a questão de vários
95 impactos isolados dentro de uma bacia, incorrendo nesta hipótese do Artigo 4º, eles
96 podem ter uma significância negativa dentro do contexto da bacia.

97 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Inclusive a nossa presença.

98 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Sim.

99 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Acho que seríamos os primeiros a ter que
100 sair.

101 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Sim.

102 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Então essa Resolução foi colocada para
103 esta discussão exatamente para fazer com que o próprio Conselho, através das suas
104 representações, possam contribuir nesse processo. Agora, um processo aonde não
105 tem efluente líquido, qual o risco dentro de qualquer atividade? Um processo que não
106 tem emissão de efluente gasoso, qual o risco dele aonde quer que ele esteja? Ou
107 dentro da cidade ou fora da cidade, se não tem efluente, e aqui está bem
108 caracterizado em não gerar efluentes líquidos industriais ou efluentes gerados cuja
109 vazão não ultrapasse metro cúbico/dia, isso dentro do processo de licenciamento
110 qualquer atividade. Hoje se pode enclausurar com esse tamanho aqui, são mil litros!
111 Pode-se ter uma atividade diária e remeter isso para fora de qualquer bacia
112 hidrográfica de forma enclausurada, circuito fechado. Então, o que está colocado aqui
113 na dispensa do licenciamento é o que achamos que não há mais a necessidade de
114 vir pela própria experiência acumulada de mais de cinco dezenas mil de
115 licenciamentos.

116 Então, esta preparação toda que foi feita, inclusive faz uma aprimoração na
117 031 que vimos antes, para licenciamento. Por exemplo, a licença prévia que passa de

**TRANSCRIÇÃO DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO
MEIO AMBIENTE - MINUTA**

4

118 um ano para dois anos. A licença prévia hoje tem uma demanda grande, até porque
119 dentro do prazo de um ano não se viabiliza nenhum empréstimo em qualquer banco
120 ou qualquer instituição financeira. Os processos são longos, aí tem que voltar tudo,
121 não pode prorrogar. Então cria todo um problema em relação aos empreendimentos,
122 a mesma coisa na Licença de Instalação, os loteamentos da Caixa Econômica, a
123 “Minha Casa Minha Vida” estrangulado, porque nem termina o processo de licença, a
124 licença vence tem que entrar tudo de novo, fazer tudo de novo, mais hora técnica
125 desperdiçada. Então a intenção desse licenciamento é a experiência acumulada do
126 IAP em licenciamento, fazendo uma lipo em relação aos licenciamentos que estão
127 comprovadamente que não tem trazido nenhum risco ambiental e dentro dos
128 mananciais de abastecimento tem uma regra própria, que está colocado dentro da
129 própria questão dos mananciais, aí tem as limitações da lei, do que é proibido, do que
130 é permissível. E há quanto tempo estamos discutindo isso aqui dentro? Um ano e
131 meio! Quantas reuniões houve?

132 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Houve oito reuniões.
133 Até a Ana Cláudia também na última reunião colocou dessa preocupação, desse rito
134 de que a Câmara Técnica ou Temática aprovando a própria resolução. E houve esta
135 reunião e a emissão de relatório, é uma pena realmente que a Ivonete não nos
136 remeteu o relatório, mas teve a última reunião para aprovação desta resolução,
137 considerando até a própria observação da Ana Cláudia, da PGE, que colocou a
138 preocupação que você coloca. Houve a preocupação de aprovar na Câmara
139 Temática essa Resolução.

140 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Só uma questão de Ordem. Foram
141 registradas as atas, foram documentadas essas reuniões. Só isso que pesa. Tendo
142 essa documentação é fácil fazermos o resgate. Era isso que queria saber, porque
143 caso não exista isso é uma questão de pararmos, pensarmos e ter um
144 aprofundamento nisso, porque pode existir um vício de origem na formatação e
145 aprovação dessa Resolução que pode ser discutida e questionada lá na frente. Então
146 vamos nos ater ao procedimento para formatação dessa Resolução para que quando
147 ela venha, se vier ou não, - por ora não faz parte do mundo jurídico, mas que venha a
148 compor o mundo jurídico ela não vai ter questionamento de origem. Essa é a minha
149 preocupação. Não adianta nada a gente aprovar ela agora aqui e começar a ter
150 questionamento e indagação de vício de origem. Essa é minha preocupação. Fui
151 claro? Fiz-me entender?

152 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Entendi sua preocupação com os
153 procedimentos formais que no nosso entender eles foram cumpridos. No nosso
154 entender ela está apta para decisão, por isso que compõe o item de pauta desta
155 reunião do Conselho. Os licenciamentos simplificados estão aqui elencados, está
156 bem claro o que estão dispensados e os que estão simplificados neste processo.

157 Então os que estão dispensados: não gerar emissão atmosférica, não gerar efluente
158 líquido, não gerar resíduo sólido de classe I, perigosos, conforme as normas técnicas
159 vigentes. Então a proteção em relação a isso está garantido em todo o processo e
160 também nos empreendimentos simplificados, estão bem detalhados, em quantidade
161 inclusive por quilo: “ou leite dia ou tonelada”, ou qualquer coisa assim, de uma
162 experiência acumulada daquilo que a gente vem fazendo. E não há muitas
163 contestações do que vem feito em relação àquilo que está colocado. Então, isso
164 facilita em muito os processos que estão hoje, porque são mais de seis mil
165 licenciamentos por ano, isso ajuda muito o aproveitamento da hora técnica em coisas
166 que necessitam ter hora técnica e o IAP não fica chancelando isso como se fosse um
167 grande cartório.

168 Então, no entendimento da Presidência do Conselho, esta resolução está
169 apta para análise de todos os Srs. Conselheiros, já que tiveram quase um ano e meio
170 em discussão. Portanto, a não ser que haja por parte da maioria dos conselheiros, a
171 sua apreciação pode ser colocada e suspensa, desde que a maioria concorde em
172 relação a isso. E necessitamos que esta resolução tenha sua eficácia e sua
173 implementação o quanto antes, porque estamos desperdiçando hoje. Então é um
174 esforço grande de pessoas, de técnicos, de recursos financeiros, humanos, técnicos
175 e jurídico no processo desses licenciamentos. Conselheiro Paulo depois Conselheiro
176 Adriano.

177 O Sr. **Paulo Macedo** (FETAEP):- Isso foi estudado longamente. Uma das
178 preocupações da FETAEP era não utilizar o mesmo processo que se usa para uma
179 Sadia para um agricultor familiar. Às vezes o agricultor familiar faz um queijinho e vai
180 usar a mesma legislação daquele que usa para uma grande empresa de produção de
181 queijo ou abate de suínos ou de aves ou de peixe que causa baixo impacto. Então,
182 lembro que isso foi muito estudado. Esses parâmetros utilizados são parâmetros
183 técnicos que não causam impactos, então não tem porque ficarmos debatendo em
184 cima disso que já foi longamente estudado.

185 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Conselheiro Rafael, estou com a lista de
186 presença das reuniões dos dias 05 de março, 12 de março, 30 de março, 07 de abril
187 e do dia 25 de maio e temos mais duas ainda. O que não temos no momento aqui,
188 pela ausência da Ivonete que estava fazendo a relatoria, estamos impedidos até da
189 apresentação dos relatórios que foram feitos em relação a isso. Agora, a resolução
190 expressa tudo aquilo que foi discutido durante esse período todo, portanto,
191 amplamente discutido junto aos conselheiros designados pelo Conselho nesta
192 discussão. Conselheiro Adriano.

193 O Sr. **Adriano Luiz Reisemberg** (SEAB):- Neste sentido queria fazer minha
194 manifestação, porque quanto ao mérito daquilo que foi levantado pelo Conselheiro
195 Rafael, o que vai fazer a diferença é a efetiva capacidade do Estado fiscalizar. Eu

196 entendo que o Estado tem que concentrar os seus recursos humanos, o seu recurso
197 de operacionalização naquilo que a experiência mostra que é problema, os
198 problemas mais graves. Não podemos achar que vamos ter um fiscal a cada
199 cinqüenta metros do curso d'água. Então, quanto ao mérito o IAP, conforme foi
200 colocado no anexo 14, essa dispensa de licitação não exime o empreendedor de ser
201 fiscalizado a qualquer momento. Então, não vejo este risco no que foi levantado. E
202 quanto à forma, em todas as oportunidades foi oferecido a todos os membros do
203 grupo que estudou o assunto quanto aos demais, nas próprias reuniões que fizemos
204 anteriormente, as preocupações, os questionamentos que foram encaminhados
205 foram bem tratados, foram bem recebidos. A própria Secretaria da Agricultura tinha
206 uma preocupação quanto ao licenciamento simplificado e trouxe essa preocupação,
207 foi analisada, tecnicamente discutido. Então manifesto que seja levada à votação,
208 agora, esta proposta.

209 O Sr. **Rasca Rodrigues** (SEMA):- Coloco em discussão. Não tendo inscrição,
210 então, coloco em votação. Os conselheiros que concordam que esta Resolução seja
211 apreciada e votada permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.
212 Então, por unanimidade, vamos colocar em votação.

213 Como tivemos mais de um ano e meio de discussão, todos receberam esta
214 proposta de Resolução, consulto se há por parte dos conselheiros alguma objeção
215 em relação àquilo que foi acrescentado por posição do IAP. Não tendo, em votação.
216 A proposta de Resolução, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece
217 condições e critérios e dá outras providências para empreendimentos industriais. Os
218 conselheiros que aprovam permaneçam como estão, abstenções, contrários.
219 APROVADO, com um voto contrário do Conselheiro Rafael Gustavo Cavichiolo.

220 Então quero agradecer o esforço da Câmara Temática nas discussões, nas
221 reuniões que houve e na dinâmica que foi colocada que a gente espera que tenha
222 eficácia e efetividade necessária para que possamos dar um grande passo nos
223 licenciamentos industriais com o que estabelece esta Resolução, daqui para frente
224 substituindo a nossa velha 031 da década passada. Parabéns a toda a equipe,
225 engenheiro Castella, por esta Resolução apresentada e que agora acabou de ser
226 aprovada.

227 Próximo item de pauta, é a proposta de adoção, implementação de matriz de
228 orientação e referência como documento integrante do processo de licenciamento
229 ambiental previsto na Resolução 050/2005 CEMA. Convido o Conselheiro Walter
230 para fazer a apresentação e dizer aos demais conselheiros que na atividade industrial
231 existem diversos resíduos, dependendo da atividade. Esses resíduos muitas vezes
232 acabam sendo reaproveitados, o que chamamos de coprocessamento. Então são
233 resíduos que foram processados e que num reaproveitamento, sendo coprocessados
234 podem ainda dar origem a outros produtos. Ou, quando não, substituto de matéria-

235 prima por ter poder calorífico em fornos de cimento, no caso do Paraná temos dois
236 fornos, na Itambé e na Votoran, que colocam esses produtos misturados com os
237 insumos necessários para o processo da fabricação, portanto, com garantias de que
238 esse processo seja feito em respeito a legislação ambiental vigente tenham uma
239 importância antes ainda de ser destinado de forma definitiva, muitas vezes sendo
240 lacrado em aterro ou descartado clandestinamente tenham condição de ser
241 aproveitado. Como, por exemplo, essa questão do pneu. O Ibama tem uma posição e
242 o Ibama de Brasília, o Ministro Minc, na minha opinião não tem nada de ambiental,
243 absolutamente nada de ambiental, porque o que está em jogo são os interesses das
244 grandes multinacionais contra as empresas que reaproveitam o pneu, portanto, do
245 Brasil e do mundo. Para dar exemplo aos senhores, esta semana o Paraná exportou
246 seis conterneiros de pneu inservíveis para a Europa para ser queimado lá, utilizado
247 como substituto de matéria-prima em fornos licenciados na Europa. Ora, se isso
248 tivesse risco ambiental a Europa seria a primeira a rejeitar os nossos pneus
249 inservíveis.

250 Então, se nós remetemos para a Europa, trazer os pneus da Europa, que
251 andam em estradas lisinhas, que 60% pode ser utilizado aqui e que se descartado lá
252 teriam para a queima um rendimento de 0,25 dólares e que exportando para o Brasil
253 vende a dois dólares. Portanto, eles têm um ganho fazendo esse passeio do pneu. E
254 o pneu aqui 60% vende como usado, 40% faz remolde, em torno de 35% faz
255 remolde, e 5% é rejeito e do rejeito vai substituir poder calorífico.

256 Então, onde está o meio ambiente nisso? Nenhum! Nenhum! Inclusive
257 quando estiveram aqui em 2006 quis levá-los para ver esses processamentos e eles
258 não quiseram ir, porque o que está em jogo é o poder das multinacionais que
259 perderam grande mercado com esse reaproveitamento de pneu, principalmente na
260 geração de emprego, porque nossas estradas não oferecem o número de pneus
261 suficientes nem para o remolde, porque nossas carcaças nas estradas ruins não são
262 possíveis de reaproveitamento já que tem rompimento de liga de aço do pneu e a
263 gente usa até quase acabar aqui, enquanto que lá é por quilômetro rodado, a gente
264 vai até a bituca de cigarro. Então tem sempre umas limitações que não sustenta
265 essas indústrias. O que sustenta a indústria do reaproveitamento do pneu são os
266 pneus que vêm de lá, tanto é que de ambiental não tem que exportaram para a
267 Europa para ser queimado lá. Então, de ambiental não tem nada. Isso para dar um
268 exemplo de um resíduo que pode ser aproveitado hoje, dentro do atendimento da
269 legislação ambiental, sem prejuízo ao meio ambiente.

270 Então, abrimos uma discussão, porque o IAP tem uma demanda muito
271 grande de ficar analisando os processos, não tenho a média por mês, mas sei que só
272 uma empresa aqui, em quatro meses, demandou mais de 250 processos para ser
273 analisados. Aí temos que ter um olhar muito maior nessa questão do que olhar

274 apenas o nosso umbigo. Não podemos ter esse olhar. Por quê? Tem empresas de
275 Londrina, por exemplo, levam o seu efluente líquido para a central na Bahia. Tem
276 empresas aqui do Paraná que destinam Santa Catarina tem destino em São Paulo.
277 Então, São Paulo vir pra cá isso faz parte da possibilidade de estar dando uma
278 destinação adequada, não interessa se vai daqui pra lá ou de lá pra cá. Então se
279 barrarmos qualquer entrada de produto aqui podemos ser barrados em não levar. Aí
280 não tendo reciclador no nosso Estado, vamos ficar com o resíduo aqui dentro, sem a
281 possibilidade de esse inservível ser aproveitado. Por isso que existem essas
282 autorizações, porque as vezes vai daqui pra lá, as vezes vem de lá pra cá e todas as
283 vezes tem que analisar isso. Aí se para tudo, porque o técnico é o mesmo. Então, por
284 exemplo, a Ivonete, a analisa desde isso, uma autorização ambiental, à uma empresa
285 que vai se instalar aqui. Aí ela tem que parar de analisar um EIA/RIMA, um PSA, um
286 RAS, porque tem que ir fazer uma autorização ambiental para aquele produto que
287 está vindo. É um processo e pára tudo. Então, isso é insano em minha opinião.
288 Temos que licenciar a empresa e ela tem que ser responsável por aquela atividade.
289 Se ela não tiver fazendo certo vai ser responsabilizada por aquilo. Agora não ficar a
290 toda hora batendo um carimbo como se fosse um cartório de entrada e saída de
291 produto para que sejam percorridos pelas estradas.

292 Então, tem a legislação que já disciplina isso e temos que, no processo
293 dessas empresas, dar a elas a plena autonomia de fazer o coprocessamento, mas
294 que assuma essa responsabilidade inclusive do transporte, não havendo
295 necessidade, porque para as empresas mesmo com essa demora, elas se sentem
296 protegidas porque tem autorização do IAP. Então, se acontece um acidente: “Ah, mas
297 tenho autorização do IAP!” Qual a segurança do fiscal do IAP que estava sendo bem
298 conduzida? Nenhuma! E está lá com a autorização, porque muitas vezes feitas às
299 pressas para que ele acontecesse.

300 Então nesse sentido pedi ao Engenheiro Castella que providenciasse essa
301 discussão interna, vocês analisaram diversos processos, foram mais de cinquenta
302 processos, e que possamos, a partir dessas experiências que a Câmara teve, que o
303 grupo teve, possamos indicar uma maneira que não demande tanta hora técnica, até
304 porque isso é uma burocracia que está estabelecida e entendemos que pode ser
305 alterada.

306 Então, passo a palavra ao Walter para fazer a apresentação a todos nós e
307 aos conselheiros que não estão diante dessas atividades todos os dias, sei que
308 parece estranho, mas o Conselho tem essa dupla finalidade, mesmo não sendo da
309 área tem toda a liberdade de abrir essa discussão para aprimorarmos esse processo.
310 Conselheiro Walter.

311 O Sr. **Walter** (SEIM):- Obrigado. Antes de mais nada gostaria de agradecer
312 as suas palavras e a partir daquele seminário que nos foi proporcionado “Conheça

313 Melhor o Coprocessamento”, não sei os demais conselheiros, pelo menos os que
314 participaram do contexto da Câmara Temática de Controle Qualidade Ambiental que
315 foi instalada, todos enxergam essa operação do coprocessamento de uma
316 inteligência muito grande. Eu, particularmente, como coordenador da Agenda 21
317 Paraná Empresarial, vejo com os olhos da Secretaria de Indústria e Comércio um
318 grande contexto de avanço, uma grande substituição de matriz energética no
319 enriquecimento e motivado pelas suas palavras da última reunião “por que a
320 Alemanha chega a 50%??, por que nós?”. Acho que essa é a principal motivação do
321 nosso olhar dessa análise: “Por que não os nossos 50%, por que não vir os resíduos
322 de fora?”, acho que aquela visão canhestra “não somos a lata de lixo do Brasil” não
323 vem muito a discussão. Não é essa a visão radical. Se temos como aproveitar o
324 resíduo que é gerado em outros estados, se temos como melhorar nossa matriz
325 energética, economizar nossos recursos naturais, se temos como melhorar todo esse
326 contexto do nosso meio ambiente, monitorando as emissões, garantindo a posição
327 inerte dos resíduos decorrentes dos processos, por que não? Mas isso não é o
328 contexto de aprovação da reunião de hoje, isso é um relato da minha parte.

329 Instalamos a Câmara Temática composta por membros da FIEP, da Indústria
330 e Comércio, da Suderhsa, FETRAF e a Gari. Então temos todos esses
331 representados, como é orientação do novo regimento, procedemos quatro reuniões,
332 tivemos uma dificuldade bastante grande de início, porque a avaliação - não sei se
333 todos conseguiram entender aquele material recebido, temos a 12.493, temos a lei
334 que regulamenta, temos a Sema 050 que dá a definição e na Sema 050 temos as
335 diversas dimensões da aprovação do uso desse resíduo.

336 Então cabe ao Cema a interferência se o resíduo é importado, se ele vem de
337 outro estado, mas o IAP que tem o dever da fiscalização e da administração desse
338 contexto dos processos, inclusive nos casos de produtos proibidos no Artigo 5º, prevê
339 que ele pode ser, se houver interesse propor ao Cema a utilização de resíduos,
340 dentre os proibidos, mas que sejam de interesse. Então existe uma flexibilidade muito
341 grande, mas existe um processo gerado pela Sema 050 que torna automático o
342 contexto para os pré-aprovados do Artigo 57. Existe um procedimento padrão,
343 normal, que cabe ao IAP a administração.

344 Isso foge um pouco à sua orientação, que tomei conhecimento somente
345 agora, de rever os processos para gerar um andamento diferente para esses casos.
346 Realmente não foi a tônica do nosso trabalho, mantivemo-nos na avaliação dos
347 processos, recebemos quarenta e dois processos, senão me engano, e fizemos a
348 administração desses processos, não nessa ótica de substituição??, mas sim, como
349 todos eles eram coprocessamento, como todos eles basicamente, 99% eram de lodo
350 ETE, então fizemos uma verificação e como não temos condições de entrar nos
351 critérios técnicos, criamos uma matriz de avaliação, uma matriz supra técnica. Tem a

352 projeção lá. É um processo quase que lógico: “O resíduo apresenta, em sua
353 natureza, condições de reciclagem ou reaproveitamento?” Que um dos preceitos da
354 Sema 050. Então, sendo para reciclagem como reaproveitamento, não sendo
355 proibido: “O resíduo pertence à categoria proibidos pela Sema 050?” Não! Se já for
356 de reciclagem reaproveitamento, se não for proibido – e conjugado ainda: “O resíduo
357 pertence aos grupos de categorias dos resíduos pré-aprovados? O resíduo é
358 classificado como perigoso? Classificação da NBR. No caso do enquadramento do
359 resíduo para fins de deliberação do Cema, o IAP emitiu proposta de aprovação de
360 utilização dos resíduos pertencentes a esta nova categoria?” Então se ele ainda não
361 era dos previstos, pode ser criada uma nova categoria, por proposição do IAP, sendo
362 importado vem ao Cema e o Cema delibera. “O IAP emitiu avaliação, sugerindo
363 categoria com parâmetros técnicos, claramente definidos para o resíduo?” Então:
364 “Emite avaliação, emite proposta de aprovação”. No sétimo: “O resíduo já foi
365 autorizado pelo IAP em processos anteriores? O resíduo é similar, o processo
366 gerador, resíduos já autorizados pelo IAP em processos anteriores? O resíduo é
367 gerado em fonte determinada” - usamos o código B - Blend, “ou em determinada o
368 passivo?” Qual o sentido disso? Para que saibamos a origem, o grau do risco do
369 Cema para fazer as deliberações. “O IAP emitiu proposta de reprovação de utilização
370 dos resíduos pertencentes a essa nova categoria?” Então criamos uma matriz de
371 encaminhamentos que se justifica simplesmente por sim ou não. Não criamos
372 espaços de discussão, não criamos dúvidas.

373 Então se ele é um resíduo, se tem a resposta sim, ele é para reciclagem ou
374 reaproveitamento, se ele é proibido, se ele não é proibido, então é para reciclagem ou
375 reaproveitamento, ele não é proibido, ele é pré-aprovado e ele já teve autorização
376 anterior? Não vemos porque e 99% dos processos que foram enviados pra nós
377 enquadravam nesse aspecto. Então não existe por quê. Existe a base legal, existe o
378 ordenamento jurídico, existe toda uma situação que permite que continue o processo
379 de licenciamento. Então, essa basicamente foi à ótica da nossa avaliação. Não existe
380 nada contra, não é um novo produto. Então não entendemos, Presidente, e todos os
381 nossos pareceres se compuseram nessa ótica.

382 Essa matriz se mostrou bastante eficiente, não tivemos nenhum na aplicação
383 dela e eu tenho dois processos aqui, os nossos pareceres na sua maioria tiveram o
384 mesmo padrão e a consistência deles é a seguinte. Por exemplo, o processo 026 –
385 Interessados Votorantim Cimentos do Brasil: “Considerando que o objeto do pedido
386 atende as exigências legais consistindo em não proibido, Cema 050, Artigos 1º e 2º;
387 Pré-aprovado Cema 050, Artigo 3º; portanto, compatível à atividade de
388 coprocessamento; que esse resíduo já foi objeto de autorização ambiental n.º 21.988
389 de 01/08/2008 e, portanto, não justifica o indeferimento por parte do órgão ambiental;
390 que inexistente fundamento legal para o indeferimento; esta Câmara Temática, no uso

391 das suas atribuições regimentais, Regimento Interno, Artigo 23, III, delibera pelo
392 deferimento do licenciamento pedido.”

393 Adotamos esse formato de trabalho, porque constatamos que havia
394 simplesmente um indeferimento aos pedidos de coprocessamento basicamente de
395 Lodo e ETE, para coprocessamento nos fornos de cimento de uma forma imotivada
396 pelo IAP, porque é pré-aprovado e não consiste em risco. Essa legislação está em
397 vigor desde 2005 e esse trabalho é realizado acho que desde 1991. A FAEP, a
398 Secretaria de Indústria e Comércio bem como a Secretaria de Meio Ambiente, eu
399 suponho, quanto a uma estrutura de trabalho já formatada, as mudanças das
400 matrizes energéticas das empresas e principalmente já existiam estruturas de
401 trabalho e de empregos neste sentido. Então que não havia sentido nesta negativa
402 por parte do IAP. A nossa Câmara Temática também conclui por isso, não entende os
403 indeferimentos por parte do IAP e essa matriz gerada funciona também como um
404 check list. Então nossa sugestão de adoção nos processos já desta matriz significa o
405 seguinte: a parte interessada, o requerente, já preenche, já dá todas as informações,
406 já vai usar o preenchimento e já vai informar e mandar em anexo a autorização
407 anterior. Isso não tem a mínima necessidade de vir para o Cema, não tem a mínima
408 necessidade de ser formada uma Câmara Temática para isso, concordo, temos
409 coisas muito mais importantes para ver.

410 Tenho mais um processo que queria que vocês vissem que é o seguinte.
411 Esse processo foi mandado pelo pessoal da Villares, era para vir ao Paraná para
412 desidratação e voltar a Villares para confecção de um aço especial. Não entendemos
413 por quê. Não entendemos, apesar de ficarmos só na lógica supra técnica também,
414 não faz sentido mandar o pesado para cá para desidratar aqui no Paraná e aí voltar
415 para lá. E como isso não é abrigado pela Sema 050, o nosso parecer foi o seguinte -
416 único processo diferente: “... que o processo não se enquadra nos critérios
417 estabelecidos do Artigo 3º da Resolução 050, portanto, esta Câmara Temática, no
418 uso das suas atribuições, Regimento Interno, Artigo 23, III, ratifica o indeferimento da
419 Câmara Técnica de resíduos do IAP ao licenciamento pedido”. Não haveria nem
420 necessidade de ser remetido ao Cema para esta finalidade. Nós nos manifestamos
421 em todos os processos mandados, inclusive fizemos a devolução dos processos que
422 não foram informados pelos requerentes. No caso da Transforme Engenharia foram
423 treze processos e a Malharia Anselmo outro processo e devolvemos também à
424 Secretaria Executiva um processo de uma carta da FIEP para as providências da
425 Secretaria Executiva.

426 Gostaria de reforçar, Presidente, que não nos ativemos à mudança do
427 contexto de trabalho do redesenho do processo, como foi sua sugestão, embora ache
428 extremamente importante que se conduza para esse lado, que se conduza para essa
429 veia de discussão. Registramos aqui nas atas, fizemos um trabalho, inclusive por

430 sugestão da Gari que estava presente, temos uma pasta com todas as convocações,
431 as listas de presença e a atas decorrentes com toda a documentação utilizada para
432 cada finalidade. A Câmara está instalada e suponho que se houverem novos
433 processos enviados pelo IAP devemos avaliá-los. Mas não existe a necessidade de
434 perda de tempo em processos já consolidados. Ao que tudo indica, e gostaria de
435 fazer esse registro, o IAP não está deferindo esses processos, embora seja da sua
436 atribuição e sejam pré-aprovados, se lastreado numa eventual resolução de mudança
437 de parâmetros. Agora, gostaria de registrar que mudança de parâmetros sobre uma
438 legislação já existente, vigente, uma Sema 050 editada, deve ser discutida e deve
439 voltar ao contexto do Conselho Estadual de Meio Ambiente para eventuais
440 mudanças.

441 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Obrigado, Conselheiro pelo relato em relação a
442 este processo que acaba com a matriz que facilita a análise da própria Câmara
443 Temática em relação à Sema 050, mas ainda não alcança a possibilidade de ter
444 alteração na origem, que este é um objetivo maior. Tinha conversado com o Castella
445 recentemente para que pudéssemos fazer essa discussão, até vir isso em proposta
446 de resolução, porque aí também podemos trazer essa discussão para o Conselho e
447 brevemente podemos apreciar. Conselheiro Walter.

448 O Sr. **Walter** (SEIM):- A nossa proposta da inclusão da matriz como
449 documento, não sei se fica esvaziada.

450 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Não fica. Temos que colocar essa matriz em forma
451 de resolução, podemos trazer isso para a próxima reunião em forma de resolução.

452 O Sr. **Walter** (SEIM):- Não há necessidade, Presidente. O nosso pedido aqui
453 é que o Conselho faça a aprovação do uso da matriz como documento exigido pela
454 Sema 050, no seu Artigo 4º, e uma vez deliberado isso, podemos formatar essa
455 resolução. É uma resolução simples, é só ter adoção do documento já criado e ser
456 assinado pela presidência. É só definir que seja criada a resolução.

457 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- A presidência do Conselho acata essa sugestão e
458 coloca em discussão. Conselheira Ana Cláudia Graff.

459 A Sra. **Ana Cláudia Graff** (PGE):- Boa-tarde a todos. Vou me expressar
460 agora, porque tenho uma reunião, às 16h, do Conselho do Patrimônio Histórico,
461 então já peço licença para me ausentar em seguida à minha fala.

462 Eu acho bastante oportuno e até está atrasada esta discussão aqui no âmbito
463 do Cema a respeito dessa Resolução 050 de 2005 e desses processos todos de
464 importação de resíduos sólidos perigosos. Só fico preocupada com a questão do
465 Cema vir a deliberar sobre um assunto tão técnico com repercussões negativas para
466 o ambiente, pelo menos em tese, sem que o IAP venha trazer as suas explicações do
467 porquê não vem deferindo esses processos. Não consigo acreditar que não existam
468 explicações técnicas para isso.

469 Então, do meu ponto de vista ficaria mais segura para deliberar sobre
470 qualquer assunto que diga respeito a esse tema se o IAP viesse aqui e desse as
471 explicações, tanto para o passado quanto para o futuro, para que os demais
472 conselheiros que não têm formação técnica nessa área e não estão trabalhando no
473 dia-a-dia com essa questão tenha um pouco mais de segurança. E se for o caso que
474 o Conselho aprofunde essa discussão e até recomende isso, seria desnecessário
475 mas me parece que é prudente, que o IAP motive todas as suas decisões de
476 aprovação ou de desaprovação. Todos os atos administrativos têm que ser
477 motivados. Então o IAP não pode se furtar a isso. Então se existem razões técnicas
478 para desaprovar eu, como conselheira do Cema, gostaria de conhecê-las para daí
479 tomar uma decisão mais geral sobre todo o procedimento.

480 Então minha sugestão é que isso seja incorporado na discussão, que o IAP
481 seja convocado a discutir esse tema aqui no Conselho, antes de deliberarmos.

482 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Consulto o Conselheiro Walter se há prejuízo em
483 relação a isso. Se esta matriz que está colocada para facilitar a análise dos
484 processos conflita com essa posição da Conselheira.

485 O Sr. **Walter** (SEIM):- Em princípio sim, vou explicar por quê. Cada processo,
486 conselheira, já tem a checagem da Câmara Técnica de Resíduos do IAP. Eles fazem
487 a checagem de documentação da chegada e automaticamente estão mandando para
488 o Cema, estão indeferindo de forma imotivada. Pedimos a motivação deles através
489 da Secretaria Executiva também não se manifestaram. Simplesmente mandam uma
490 pilha de processos, curiosamente os processos de coprocessamento para fornos de
491 cimento do Lodo de ETE. De todos os processos, só dois que não são referentes a
492 isso.

493 Então é muito curioso, porque são processos pré-aprovados, estão em
494 andamento há muito tempo, na pior das hipóteses de forma ordenada pelo Cema 050
495 desde 2005, mas desde 1991 em andamento. Então é mais do que consolidado e
496 estamos estranhando muito isso.

497 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Walter, então vamos fazer uma
498 reunião extraordinária do Conselho, convocando o IAP para discutir esse assunto.

499 O Sr. **Walter** (SEIM):- Gostaria só de uma complementação. Acho que é de
500 conhecimento de todos, é louvável o pedido da Conselheira, mas gostaria de
501 registrar, Presidente, uma dificuldade que temos tido com a presença do IAP. O IAP
502 simplesmente não comparece às nossas reuniões, não vêm às reuniões, não
503 esclarece, eu mesmo me lembro de todas as reuniões aqui, todos os presentes
504 sabem do esclarecimento de PCH's e uma série de outros itens que foram pedidos
505 para o IAP, o IAP simplesmente não comparece. Então, acho importante o pedido,
506 mas temos de alguma forma poder coagir o IAP a estar aqui e a dar as explicações
507 cabíveis, não só nesse caso como em todas as outras, porque durante a explicação

508 do coprocessamento o último item que a técnica Ivonete apresentou lá mencionava
509 que eles usavam critérios internos. Ela não deixou claro os critérios internos, mas, a
510 partir daí, nós chegamos ao ponto que existe uma tentativa de Resolução para a
511 mudança dos critérios que eles pretendem que não passe pelo Cema. Acho que isso
512 é bastante grave, bastante complicado. Isso é bastante importante, acho que aqui é o
513 foro, o Conselho Estadual do Meio Ambiente tem uma função vital no contexto, tem
514 uma responsabilidade extremamente grande e tem que ser informado, tem que ser
515 municiadas as informações. Concordo consigo, conselheira, supratécnicas para que
516 não corramos o risco de decisões indevidas.

517 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Então esta presidência acata a sugestão da
518 conselheira no sentido de convocar o IAP para vir trazer esse assunto para a próxima
519 reunião, baseado já nas análises deste diagnóstico apresentado pela Câmara
520 Temática, inclusive com o envio dessa formatação, qualquer coisa assim, e que
521 possamos na próxima reunião voltar a discutir esse assunto.

522 A Sra. **Ana Cláudia Graff** (PGE):- Sr. Presidente, se me permite, inclusive
523 que se o IAP entende que essa Resolução 050 precisa ser revista que ele traga isso
524 para o Conselho. Ou seja, se há razões técnicas que justifiquem tantos
525 indeferimentos, que justifiquem uma revisão dessa pré-aprovação, que sejam trazidas
526 para o Conselho e o Conselho delibere sobre uma nova resolução, que não analise
527 só a matriz, sem desmerecer o trabalho, que está muito bem-feito.

528 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Gostaria que a Secretaria Executiva do Conselho
529 possa fazer um levantamento dos outros Estados em relação a essa mesma
530 temática, como isso está se dando em outros estados, porque pode ser que o Paraná
531 seja o único que ainda continue insistindo nesta alternativa do coprocessamento e os
532 demais estados não ou vice-versa. Então acho que não podemos ser uma ilha
533 isolada nesse processo, porque isso no dia-a-dia nos ensina que não somos auto-
534 suficientes. Esse seria o ideal no sentido de resolvermos nossos problemas. Então
535 temos situações muito claras de que fabricamos mais do que necessitamos. Por
536 exemplo, no caso das baterias. Fabricamos milhares e milhares de baterias a mais do
537 que necessitamos e mandamos isso para São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e vai
538 embora. Ora, se a lei ambiental exige que façamos uma logística reversa para buscar
539 este produto, temos que buscar para onde ele foi, ele tem que trazer. Então não é
540 uma importação. Na verdade estamos buscamos o produto que foi produzido ou nós
541 vamos limitar as nossas empresas que fabricam bateria a fabricar uma quantidade só
542 o que o Paraná consome. Então tem situações que não temos que agir de forma
543 fundamentalista. Então não se exporta e não se importa, senão não há um equilíbrio
544 da própria cadeia em relação ao que está sendo feito.

545 Então vou tratar dessa questão com o Presidente Vitor Hugo, em razão
546 dessas ausências do IAP não só na reunião do Conselho, mas também em outros

547 fóruns que não têm comparecido, talvez o excesso de demanda tem dificultado a falta
548 de presença ou a falta de prioridade, por política da atual gestão do IAP em não se
549 fazer presente e aí é uma questão de foro interno, mas é de lamentar porque na
550 minha época isso não ocorria.

551 Então, vamos convocar o IAP para estar presente na próxima reunião.
552 Conselheiro Walter.

553 O Sr. **Walter** (SEIM):- Gostaria de fazer mais um registro, complementar a
554 informação. Quando da sua pergunta se haveria dano ao contexto da matriz essa
555 sugestão de aguardo. A nossa grande preocupação da Câmara, e só estou
556 transmitindo isso, é a geração de passivo enquanto essas coisas não se decidem.
557 Estamos avaliando processos aqui de coprocessamento de resíduos de novembro,
558 de outubro do ano passado e isso pode estar gerando um passivo ou não. Não se
559 sabe a chance de se estar gerando um passivo, porque o resíduo está gerado, está
560 acumulado em algum lugar, só não está processado ou coprocessado no contexto.
561 Minha preocupação é essa.

562 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Walter, acho que o IAP vai ter que
563 esclarecer isso, pode ser uma medida preventiva que o IAP esteja tomando e vai ter
564 que explicar a razão porque fazia antes e que agora não está se fazendo mais. E a
565 pergunta seguinte é: “E o que fazemos com esses resíduos? Que antes tinham um
566 mecanismo próprio, tudo foi desenvolvido em relação a ele e não se faz mais. E qual
567 o risco desse resíduo continuar não sendo aproveitado?” Isso tudo são perguntas que
568 a gente vai fazer ao IAP até para que o IAP motive esta ação.

569 Então, este encaminhamento está feito, se os conselheiros concordarem
570 damos prosseguimento da pauta.

571 O Sr. **Walter** (SEIM):- Sim.

572 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Obrigado, Conselheiro. Próximo item de pauta é o
573 informe sobre o BHC, mas antes disso dizer que estamos distribuindo aqui uma
574 cartilha, vamos agora distribuir e colocando aqui a legislação federal, a legislação
575 estadual.

576 Só para esclarecer, o ex-Secretário Cheida junto com a Deputada Rossane
577 fizeram uma legislação que até 30 de novembro os agricultores que tiverem produtos
578 vencidos nas suas propriedades, produtos agrotóxicos ou agronegócios vencidos em
579 suas propriedades, inclusive o BHC, poderão informar aos órgãos ambientais, os
580 sindicatos rurais, as cooperativas, a Emater, todas as entidades de governo e
581 entidades de classe, dizendo que tem e que está em local determinado, vamos
582 quantificar isso e ele não será autuado por isso e não terá nenhum custo adicional na
583 retirada da propriedade, já que estamos trabalhando com as cooperativas, com a
584 INPEV, com o Governo no sentido de se fazer uma parceria para tentarmos varrer o
585 BHC, principalmente o BHC, dos nossos solos paranaenses, que ainda tem uma

586 quantidade muito grande.

587 Recentemente tivemos que suspender três vezes o abastecimento da água
588 de Arapongas, uma população de mais de cem mil habitantes, porque nas torneiras
589 estava saindo água contaminada com agrotóxico. Fizemos um trabalho na Bacia dos
590 Apertados, um levantamento de propriedade por propriedade, fizemos dezenas de
591 autuações, por exatamente esses produtos estarem armazenados de forma
592 inadequada, agricultores lavando no rio que abastece a água de Arapongas os seus
593 contenedores, os seus tanques, embalagens na beira de rio. Então foi assim algo
594 estarrecedor que vimos ali pertinho da cidade de Arapongas, e o custo que se tem
595 disso é imenso, porque tem que parar abastecimento, a cidade fica sem água, depois
596 tem que lavar tudo aquilo, lavar a estação de tratamento, lavar tudo para depois voltar
597 a água de novo. Isso foi feito por três vezes e estamos lá, portanto, com um
598 laboratório que hoje na verdade é a Bacia dos Apertados e aí vendo essa evolução,
599 estão cercando tudo, todas as multas convertemos em investimento em cada
600 propriedade que a gente espera que tenha um retorno muito bom naquela bacia e,
601 portanto, não tenhamos mais que interromper o abastecimento de água da cidade.

602 Então, ainda existe muito, o Paraná é líder mundial ou brasileiro de câncer no
603 fígado e no pâncreas por contaminação de agrotóxico e é líder brasileiro também de
604 contaminação do agrotóxico no leite materno. Então é uma infeliz coincidência. Isso
605 só se dá em razão dos produtos agrotóxicos que são ingeridos em cada aplicação, no
606 ar ou por contaminação da pele, isso vai para dentro de cada ser humano,
607 independente da massa, pode morrer antes ou depois, mas isso entrado no
608 organismo não sai mais, vai até a dose letal. Atingiu a dose letal, morre e o Paraná
609 também é campeão brasileiro por morte em agrotóxico.

610 Então, é uma campanha extremamente importante, que a gente gostaria da
611 parceria, do apoio de todos para que isso aconteça, temos, portanto, até o dia 30
612 para termos esse levantamento para sabermos qual o tamanho, porque hoje só tem
613 chute, né, Adriano, que vai de cinco, vinte, duzentas toneladas e isso a gente não
614 sabe. A idéia é ter isso planilhado e quantificado. Então estamos com o cartaz,
615 estamos com o folheto, as cooperativas estão juntas, a FIEP está junta, aqui tem uma
616 auto-declaração que ele assina lá e estamos numa campanha intensa para que isso
617 aconteça de verdade e não fiquemos mais com esse fantasma na nossa cabeça.
618 Esse é o informe que gostaria de dar.

619 E caminhando aqui com a moção, com a Minuta de Repúdio pelo Conselheiro
620 Rafael Gustavo Cavichiolo, da GARI, todos estão de posse, em relação ao aterro
621 sanitário da Caximba. Essa é uma discussão muito difícil, porque Caximba tem mais
622 de 16 anos, não lembro agora a data exata da Caximba, era um aterro para poucos
623 anos, até que se tivesse uma solução definitiva e durante anos, anos e anos a
624 prefeitura de Curitiba colocava lá o resíduo de mais doze cidades sem cobrar um

625 tostão dentro do aterro da Caximba. Quatro dos municípios inclusive ela coletava, era
626 uma benfeitora, e como era medido por peso, então, isso sempre gerou certa
627 situação dentro do aterro, já que necessitava. Portanto, para faturar mais, mais peso.
628 Então isso tudo contribuiu para chegar ao estado que está hoje e as campanhas que
629 recentemente voltaram não existiam durante muitos anos para separar, para reciclar,
630 porque necessitava de peso.

631 Depois que começamos a agir, fiz uma autuação de cinco milhões, isso em
632 2004 ou 2005, chamamos a prefeitura, fizemos um Termo de Ajustamento de
633 Conduta, a prefeitura não cumpriu esse Termo de Ajustamento de Conduta, inclusive
634 na nova fase que acabou se estabelecendo tínhamos exigido que no mínimo 40% do
635 chorume reciclado, porque a Caximba coloca hoje em torno de dez milhões de litros
636 de chorume por mês no Rio Iguaçu. Então, temos tratamento beneficente, é a pior
637 capital brasileira de destinação final de resíduo, não existe uma capital mais atrasada
638 que Curitiba, porque nem enterrar direito estamos conseguindo fazer. Uma coisa
639 ainda é enterrar direito o lixo, estamos falando nem em tecnologia, é enterrar direito.

640 Então, não tem a capacidade de eficiência, as lagoas que estão colocadas lá
641 foram colocadas aeradores, na época por exigência nossa. Bom, a prefeitura
642 inclusive perdeu prazo de contestação dessas multas que fizemos. Foi uma multa do
643 aterro e outra multa da vala séptica. E está desse jeito. Exigimos que fizesse um
644 levantamento, posto de monitoramento, foi contratada na época a Universidade
645 Federal para analisar, porque a informação que tínhamos que, por não ter sido feita
646 uma condução desde o início e era usada da época essa lona preta que é utilizada
647 pra barracos, pra fazer ocupação, ela muito frágil, então deve ter aberto e a
648 contaminação era maior pelo próprio lençol, até porque aquela área é uma área muito
649 úmida, do que o chorume que estava saindo por cima. Até hoje isso não foi entregue.

650 Então, há, por parte da prefeitura, uma resistência enorme de trazer isso para
651 contexto de solução. Tivemos uma relação com o Cássio Taniguchi de não conversa,
652 hoje temos conversa mas não se encaminha. Portanto, quando acionei a OAB para
653 fazer essa discussão a OAB, porque queria um apoio jurídico, ela veio na linha do
654 "menos male". Então era menos mal que colocasse ali do que colocar em qualquer
655 outro lugar e, portanto, não tivemos cobertura jurídica nisso. Então é um aterro hoje
656 que está inadimplente em diversos pontos colocados no licenciamento ambiental lá
657 atrás e hoje sem licença, porque não tem como licenciar. O TAC permitia que
658 funcionasse uma empresa que não está cumprindo com a legislação ambiental. E ela
659 não vai cumprir! Da forma como está lá hoje não vai cumprir BQO, DBO, nível
660 químico de oxigênio, nível orgânico de oxigênio também. Não vai cumprir! Estão
661 muito acima dos parâmetros estabelecidos, na época inclusive tínhamos concordado
662 com ele e, portanto, caminha para uma insolução.

663 A Minuta de Moção de Repúdio fala em lacrar, deverá ser lacrado. Lacrar a

664 Caximba e colocar aonde? Não se construiu uma solução. Hoje não tem nem privado
665 e nem público um aterro que tenha condição na região metropolitana de levar duas
666 mil e quatrocentas toneladas por dia. Então, o que se pensa que está se instalando
667 um em Ponta Grossa, que está sendo altamente questionado até por ser dentro da
668 APA, um aterro privado que se estabeleceu lá, que no meu entender
669 equivocadamente licenciado pelo IAP, mesmo com as seguranças que tem, é um
670 aterro privado. Se fosse um aterro público, aí o interesse social, o interesse público, o
671 interesse da saúde pública, no público se sustenta até para ficar dentro de casa.
672 Quando o interesse é público, coletivo, mas no caso há o interesse é privado. Então,
673 estamos diante de uma insolução. Lacrando-se o aterro da Caximba para onde vai e
674 como vai e de que forma vai? Isso tudo está sendo discutido e debatido.

675 E, bom: “Por que não se resolve?” Porque o estado não tem gerência sobre
676 isso. O que podemos é pedir um plano de gerenciamento, mas dizer: “Faça isso ou
677 faça aquilo, coloque aqui, coloque lá”, não compete ao Estado, é matéria-prima do
678 município ou, agora, do consórcio. E mesmo o consórcio que acabou sendo
679 constituído e solicitou três áreas para licenciar, licenciamos duas. Uma é a fazenda
680 da PUC, então se fizer o aterro lá acaba a fazenda da PUC, porque é área de plantio
681 da fazenda da PUC. Então é um absurdo a prefeitura indicar uma área da fazenda da
682 PUC, por exemplo, tendo outras possibilidades.

683 A outra é ao lado da Caximba. Então, vocês imaginem um tumor cancerígeno,
684 enorme, gigante, é o maior crime ambiental do Estado que se comete diariamente a
685 Caximba e aí colocar ao lado, mas a prefeitura apresentou a área e no nosso ponto
686 de vista “do menos male”, menos mal que continue ali aumentando esse tumor que
687 criar um outro. E a área de Mandirituba, que é uma área considerada pelos técnicos,
688 entre as três, a mais adequada, no desdobramento de cada uma, mas a de
689 Mandirituba tem uma lei municipal que impede que coloquemos o lixo lá. Então o
690 município colocou o lixo de graça durante várias décadas, mais de uma década de
691 quatorze municípios e os municípios agora fecharam as portas para Curitiba. São
692 José dos Pinhais, Araucária e Colombo aprovaram uma lei proibindo levar o lixo de
693 Curitiba e aí limitou. A possibilidade hoje é de Mandirituba pra lá, e Mandirituba
694 também fez uma lei e a Fazenda Rio Grande não. Por isso que se discute a
695 instalação de um aterro privado lá.

696 Então esse é o cenário, fazemos uma moção de repúdio que deverá ser
697 lacrado acho que é muito forte esse termo, até porque o Conselho indicar para que se
698 lacre um aterro, a pergunta que vai se fazer é: “E o que se fará a partir daí?”. Acho
699 que é a única palavra que tecnicamente é insustentável, no restante não vejo
700 problema algum que seja colocado dentro dessa moção de repúdio que para nós é
701 uma tristeza se constatar isso, principalmente em nossa cidade que é dita como
702 cidade ecológica e que não conseguiu durante esses sete anos que estamos à frente

703 encontrarmos uma solução como encontramos para a vala séptica. A vala séptica
704 todos os resíduos dos quatro municípios que eram coletados pelo município de
705 Curitiba, eram levados para a vala séptica, enterrado, contaminando inclusive, foi
706 comprovado pela coleta que fizemos, os quatro piezômetros, contaminando o lençol
707 freático que eram todos os dias levados e enterrados sem impermeabilização.
708 Nenhuma! Era utilizado um saibro chamado sabão de baiano, como se vedasse
709 qualquer possibilidade. Um absurdo! Conseguimos resolver no primeiro ano que o
710 Beto Richa assumiu, conseguimos lacrar, fechar e hoje estão sendo destinados de
711 forma correta, inclusive todos os hospitais públicos, todos estão trabalhando nisso,
712 porque fizemos mais de mil e seiscentos planos de gerenciamento de resíduos de
713 saúde, analisamos isso e hoje está tudo dentro – clínica veterinária, clínica
714 odontológica, um grande esforço. Foram mais de mil e quinhentos só Curitiba e
715 região metropolitana para que pudéssemos ter solução nessas atividades.

716 Então, gostaria de consultar o Conselheiro Rafael Gustavo Cavichiolo, da
717 Gari, se pode fazer alguma alteração em relação ao termo “deverá ser lacrado”, até
718 porque o Conselho pode sugerir, não estou dizendo que vai ser acatado, mas lacrar
719 significa que tenhamos já uma solução paralela a isso e hoje a gente não tem.

720 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Secretário, obrigado pela
721 explanação. Foi bem elucidativa e deixaram bem a par os presentes da situação
722 caótica que estamos prestes a encarar. O texto é só uma minuta, foi uma idéia que
723 veio à tona. Ela pode ser trabalhada, pode ser removida a expressão, como o
724 Conselho achar melhor. É só uma idéia, mas o que tem que ficar claro é a questão da
725 preocupação com o problema. Deixar registrado que o Conselho Estadual do Meio
726 Ambiente do Paraná está preocupado com o problema de caos. Estamos vivendo o
727 caos hoje da gripe, H1N1. Daqui para frente vai ser o caos, tomara que não venha
728 outro, mas esse já está pré-anunciado e temos o consórcio. Estive na audiência
729 pública na Assembléia Legislativa do Paraná, a impressão que eles tentam passar
730 que é o melhor negócio do mundo, e daí você pára, pensa, você começa a analisar a
731 questão social. Você vê Londrina que começou a trazer os coletores para dentro do
732 sistema, incluindo-os e possibilitando locais para que os materiais recicláveis fossem
733 coletados por um caminhão, como o exemplo daqui de Curitiba do Lixo que não é
734 Lixo, e após isso ser destinado para o reaproveitamento, o coprocessamento, enfim,
735 qual for a melhor técnica para isso.

736 Hoje em dia vemos uma preocupação em se licitar, em se instalar um sistema
737 que não se sabe bem qual será o formato de funcionamento e uma coisa é evidente:
738 a exclusão social. Hoje em dia temos cerca de 60 mil coletores de material reciclado
739 em Curitiba, foi cogitado na Assembléia Legislativa. Foi o que foi citado lá. Vamos
740 considerar isso pela metade, são trinta mil pessoas; vamos considerar três pessoas
741 em cada casa, noventa, cem mil pessoas aqui em Curitiba dependendo dos resíduos

742 e abriremos mão desse contingente! Essas pessoas precisam ser incluídas na
743 sociedade, não só com Bolsa Família. Elas precisam de trabalho, de dignidade. Eles
744 estão andando diuturnamente pela rua, não tem uma previdência, não tem uma
745 instabilidade financeira, não tem um plano de saúde, tem o SUS, claro, com suas
746 limitações prestando um serviço público relevante, no meu entender. E essas
747 pessoas estão aí, e, às vezes, a gente se estressa com essas pessoas, porque elas
748 estão com um carrinho na nossa frente! Nós, dentro de um carro, confortáveis, com
749 ar-condicionado e essas pessoas às vezes coletando os nossos resíduos, prestando
750 um serviço público pra gente, para o município, para a coletividade e a gente não
751 olha com uma visão um pouco mais humana para elas. Então é essa a minha
752 preocupação. Seja lá qual for o texto que a gente vai aprovar ou não. É isso que
753 quero deixar registrado, Secretário.

754 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Então faço uma sugestão ao Conselheiro Rafael
755 Gustavo de incluir ali: “deverá ser lacrado NUM FUTURO PRÓXIMO”, ou um termo
756 que coloque isso dentro de um prazo curto. Acato sugestão de um texto que possa
757 dar uma referência em relação a isso. Conselheiro Gava.

758 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Sr. Presidente, achei interessante a suas
759 colocações, ponderações, mas me parece que “o lacrado” é uma providência que
760 confirma os termos anteriores da palavra. “Esgotada a sua capacidade”, aí vamos
761 lacrar, vamos fazer qualquer coisa, mas “esgotada a sua capacidade” que inclusive
762 peço esclarecimento quando está prevista para esgotar a capacidade.

763 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Janeiro.

764 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Portanto, esgotada sua capacidade vamos
765 lacrar a Caximba.

766 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Acho que está bem colocado. Então acato a
767 consideração feita pelo Conselheiro. Conselheiro Clavisso.

768 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Obrigado.

769 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Acho que está bem colocado

770 O Sr. **Gilmar Clavisso** (Piraquara):- Presidente, acho que foi bem ponderado
771 o que o senhor disse. Sou do município de Piraquara e lá produzimos trinta toneladas
772 de lixo orgânico por dia, temos uma Associação de Carrinheiros e buscamos
773 investimentos para dois barracões, duas centrais de triagem para incentivar a
774 triagem, e todo o material reciclado ficar lá. E o objetivo dessa nova proposta dos
775 municípios e de Curitiba com relação, não é nem depósito de lixo como acontecia na
776 Caximba, mas essa é uma proposta de realmente triar esse material e poder
777 depositar o mínimo possível. Isso que estamos entendendo do edital. E quero dizer
778 que os municípios da região metropolitana hoje estão numa condição que tem
779 dificuldade em fazer o tratamento do lixo orgânico nos seus municípios. Piraquara é
780 um exemplo, porque temos 100% território comprometido com a captação de água.

781 Então temos essa dificuldade.

782 Eu imagino que se ficarmos dez dias sem recolhermos o nosso lixo, no mês
783 são mil toneladas e nós que produzimos pouquinho lixo. Então essa é minha
784 preocupação. E tinha até uma outra proposta, de repente o Conselho chamar o
785 pessoal do consórcio para vim fazer uma explanação para o Conselho. Acho que
786 seria interessante, porque temos que achar. Acho que todos, hoje, são responsáveis.
787 O município é responsável pela coleta, pela deposição do lixo, mas quem dá o
788 licenciamento ambiental é o Estado e a preocupação é de toda a sociedade com o
789 lixo. Eu, no meu município, estamos nos sentindo inseguros, o que vamos fazer? A
790 Sanepar apresentou uma proposta ano passado de começar a fazer um aterro
791 sanitário. Ela colocou: “Peguei 22 milhões!”. Eu falei: “Com 22 milhões não vai fazer
792 investimento nenhum”. Essa idéia não vingou. Aí tivemos que realmente entrar no
793 consórcio, que foi a única solução. O prefeito de São José dos Pinhais apresentou
794 numa última reunião da ASSOMEC, ficou uma semana na Europa e trouxe algumas
795 propostas para a questão do lixo e aí colocou uma situação. O meu município
796 precisava de 180 milhões para começar a trabalhar com 30 toneladas de lixo por dia.
797 Imagina, hoje um município que tem 60 milhões por ano de orçamento, somos um
798 dos menores na região metropolitana, como poderíamos fazer um investimento
799 desse? Hoje cobrar dos munícipes.

800 Então, é uma situação muito difícil e muito complicada. Proponho que a
801 recuperação do passivo ambiental do entorno somos favoráveis, mas o fato de
802 criamos, não é nem a extensão do aterro, como é hoje usado a tecnologia, mas na
803 separação do lixo orgânico mesmo eu sou favorável, principalmente porque meu
804 município não tem onde colocar, São José não tem, Pinhais não tem, de colocar ali.
805 Se tiver que adequar essa nova proposta que seja da Caximba, conforme
806 licenciamento do IAP, ou na Fazenda Rio Grande ou Mandirituba, somos favoráveis.

807 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Mais algum Conselheiro? Conselheiro Paulo.

808 O Sr. **Paulo Pizzi** (Mater Natura):- Somente um esclarecimento, para quem
809 seria o destinatário dessa moção? Para que autoridade seria encaminhada?

810 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Para o nosso ckeck-list, daí para as autoridades
811 públicas o próprio Consórcio, deputados, vereadores. Todas as pessoas que estão
812 afetas a este tema aqui. É uma divulgação ampla em relação a isso, governador,
813 vice-governador, tornar pública esta nota em nome do Conselho e aprovada aqui
814 vamos encaminhar.

815 Coloco em votação a minuta de moção de repúdio para aprovação. Os
816 favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. Abstenção.
817 APROVADA, com uma abstenção do Conselheiro Clavisso, e deverá ser
818 encaminhada a todas as autoridades públicas e também às autoridades da área
819 privada para conhecimento, impressa e assim por diante.

820 Assuntos gerais. Tem uma solicitação da FETAEP e FAEP, Paulo e Carla e
821 inscrevo a FIEP, Conselheiro Gava. Solicito à Secretaria do Conselho para na
822 próxima reunião do Conselho colocar um vídeo sobre água, de um programa do
823 Globo Rural - Água da Cidade de Nova Iorque. É um vídeo que conta o quanto é mais
824 barato investir em processo de prevenção do que em processo de tratamento de
825 água. A proporção é quase dez vezes, aí remunerando, inclusive, a expectativa
826 imobiliária dos produtores, um cenário de 30, 40, 50 anos. Colocando tudo isso no
827 custo ainda ficou muito mais barato fazer a prevenção, reter efluente, tratar efluente,
828 recuperar nascente, recuperar mata ciliar, recuperar tudo do que se pensava em
829 gastar, em estação de tratamento e em tratamento que é a grande indústria do lobby
830 200km.

831 Então esse é um vídeo que achei muito interessante que vi num evento que
832 fui, para que possamos apresentar. É um vídeo de cinco minutos, portanto, não vai
833 cansar ninguém. Só vou pedir licença, porque tenho que fazer um depoimento na
834 Promotoria de Meio Ambiente e aqui vamos encerrando com as inscrições do Paulo,
835 da Carla, do Gava e do Rafael Gustavo em relação esta temática, despedindo e
836 agradecendo a presença de todos. Obrigado pela participação de vocês e espero
837 brevemente assuntos importantes para decidir em benefício do patrimônio ambiental
838 do Estado.

839 Passo a condução ao João Samek junto ao Secretário Executivo.

840 O Sr. **João Samek**:- Bom, dando prosseguimento solicito a manifestação do
841 Conselheiro Paulo da FETAEP.

842 O Sr. **Paulo Macedo** (FETAEP):- É coisa rápida. É sobre essa cartilha,
843 gostaria que vocês me arrumassem pelo menos umas trezentas cópias para que
844 possamos enviar pelo menos uma por sindicato e o cartaz também. Era isso.
845 Obrigado.

846 O Sr. **Rasca Rodrigues**:- Conselheiro Paulo, fizemos mil até porque dia
847 dezoito agora vamos fazer o envio do primeiro caminhão. Sai de Mandaguaçu, vamos
848 fazer um link direto com a Tevé Educativa de Mandaguaçu para São Paulo, porque
849 não temos fornos para queimar aqui. Então se fôssemos agir como se sequer em
850 relação ao que vem dos outros estados teríamos que ficar com esse produto retido
851 aqui em nosso Estado e não queríamos no Estado de São Paulo. Então foi
852 licenciado, porque ou é São Paulo ou é Rio de Janeiro, temos três fornos, inclusive
853 está na cartilha onde hoje se faz isso que chega à temperatura de destruição. Então,
854 em torno de 2100º a 2300º e é destruído. Vamos fazer isso no dia 18, mas a idéia é
855 fazermos uma quantidade enorme dessas cartilhas, inclusive hoje falei com o Arthur
856 Meneghetti sobre isso, falei com o João da OCEPAR. É que na verdade isso seria
857 hoje, então fizemos correndo, porque estava programado para hoje mas não deu
858 tempo e queremos reproduzir isso em massa. Mas essas trezentas temos condições

859 de fornecer, temos aqui disponível. Obrigado.

860 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Uma questão interessante para
861 colocar, Conselheiro Paulo, é uma divulgação mais intensiva nos meios de
862 comunicação do Estado. A lei é de 17 de abril, passaram-se os 45 dias de divulgação
863 para começar a contar os seis meses. No meu cômputo o prazo final é no dia 02 de
864 dezembro, a partir desta data voltam a ser penalizados os agricultores que porventura
865 sejam autuados com BHC e insumos de mesma natureza. Então, peço, solicito
866 encarecidamente esta questão de pelo menos nos veículos de comunicação do
867 Estado fazer uma campanha maciça, porque o prazo está se esvaindo e não existe,
868 dentro do contexto da lei, uma previsão de dilação de prazo. Obrigado.

869 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- A título de informação,
870 ontem conversei com a Secretaria de Saúde, vamos ter sete dias de intervenção
871 direta para as rádios do interior. Vamos estar linkados com as rádios do interior.
872 Então são sete inserções ao vivo na programação local e do interior.

873 A Sra. **Carla** (FAEP):- Fico bastante satisfeita com o Rafael e também com a
874 colocação do Castella, porque essa é nossa grande preocupação. A FAEP está
875 bastante preocupada, porque temos estas datas que o Rafael colocou e temos
876 recebidos muito pouca autodeclaração. No decorrer desses dois meses de
877 lançamento da campanha temos cinco autodeclarações que chegaram na FAEP.
878 Então gostaríamos de saber se os outros como a Emater, Suderhsa, porque estamos
879 bastante preocupados.

880 Ainda existe bastante medo do produtor, o produtor ainda nos liga com
881 bastante medo de se autodeclarar, ele fala: "Ah, se mudar esta lei como eu fico? Vou
882 ficar incorrendo em multa?" Então acho que precisa realmente ser divulgado mais,
883 falado mais sobre isso, porque o produtor ainda se sente inseguro para se
884 autodeclarar sobre o BHC. Outra questão também é a respeito dos outros produtos.
885 Alguns produtores me ligaram: "Olha, tenho TEME também posso colocar na
886 autodeclaração?". Então divulgar mais essas questões também para que ele tenha
887 conhecimento.

888 Procuo fazer sempre nas palestras que faço pelo interior, estou procurando
889 fazer a divulgação do cartaz e também da autodeclaração, infelizmente agora devido
890 à gripe não estamos, a FAEP não está fazendo palestras no interior, então isso acho
891 que vai dificultar um pouco porque não estamos indo aos sindicatos no interior para
892 fazer palestras, então é preciso que se faça uma maciça divulgação através dos
893 meios de comunicação para que o produtor tenha conhecimento sobre isso.

894 Também estamos providenciando uma vinheta de rádio, conforme ficou
895 combinado, né, Castella, para também divulgação do BHC. Obrigada.

896 O Sr. **João Samek**:- Também agradecemos sua manifestação e todo esse
897 processo ?? vai ter uma?? Agora, pelo fato?? Está sendo possível fazer o passivo

898 primeiro dentro do município de Mandaguaiçu. Isso provavelmente vai desencadear
899 todo um procedimento e haverá esforço nesse sentido.

900 Passo ao Conselheiro Gava, Fiep.

901 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Inicialmente algumas considerações ou pelo
902 menos uma consideração sobre este item da cartilha. O Secretário mencionou que o
903 BHC está sendo levado para fora do Estado para ser eliminado, através de
904 incineração a 2000º ou 2200º. É bom que se registre, para aqueles que não
905 participaram do workshop sobre coprocessamento, que o coprocessamento também
906 atinge essa temperatura. Não há problema nenhum de também ser usado os fornos
907 de cimenteiras para eliminar o BHC.

908 Mas me inscrevi fundamentalmente para pedir, a quem de direito, parece-me
909 que seria a própria Sema informações precisas, de preferência em números, sobre os
910 recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Por quê? Sejam eles o valor que
911 seja, estamos sentindo que a estrutura do Cema é muito precário em termos
912 operacionais. Sentimos isso, agora eu participando desta Câmara Temática,
913 presidida pelo Conselheiro Walter, tivemos oportunidade de vivenciar a carência de
914 recursos materiais e humanos por parte do Cema. Se alguém tiver dúvida e tiver
915 tempo que visite as maravilhosas instalações do Cema aqui na Sema. Coitado,
916 desculpe Sr. Secretário Executivo, só está faltando fazer uma escavação para pôr o
917 escritório do Cema mais para baixo ainda. Vale a pena ir visitar, cheias de prateleiras,
918 todas elas douradas, uma maravilha. É impossível querermos, nós, conselheiros,
919 uma operacionalidade adequada inclusive com a velocidade das necessidades que
920 todos os dias aparecem aqui. E lendo o Estatuto do CEMA na última ata, foi aprovada
921 hoje, tem lá uma série de encargos que o CEMA tem que providenciar no máximo em
922 quinze dias decorridos da nossa reunião. O CEMA hoje não tem condições de fazer
923 isso.

924 Então, de preferência, que nos seja apresentado e sugeriria mais ainda que,
925 de alguma forma, se isso for preciso transformar em moção, vamos providenciar que
926 a cada seis meses seja feita a este Conselho uma prestação de contas do Fundo
927 Estadual de Meio Ambiente. E daí quem sabe sobre e possamos enxergar recursos
928 para suprir a estrutura que o CEMA necessita.

929 E uma deliberação da nossa Câmara Temática foi: “2) Face as dificuldades
930 encontradas para a realização dos trabalhos por esta Câmara Temática, fica sugerido
931 que a Secretaria Executiva do Conselho apresente à plenária do CEMA proposta de
932 reestruturação/reorganização da sua estrutura física e funções para poder atender e
933 dar cumprimento às exigências do Regimento Interno em vigor, devendo ser definido
934 prazo para tanto”. E vale acrescentar aqui, então, repetindo, mais as determinações
935 que foram aprovadas no Estatuto.

936 O Sr. **João Samek**:- Então estão registradas essa situação, é claro que a

937 Secretaria tem feito todo o esforço no sentido de disponibilizar uma estrutura à
938 questão da Secretaria Executiva como todos os Conselhos que existem em nível de
939 Estado e está registrada a questão das colocações do Conselheiro. Conselheira
940 Kátia.

941 A Sra. **Kátia** (SEED):- Retomando o assunto anterior sobre o BHC. A
942 Secretaria se propõe a fazer a divulgação em todas as escolas, desde que seja
943 fornecido o material, seja o manual ou o cartaz, porque muitos dos nossos alunos são
944 filhos de agricultores. Então acho que é um bom caminho de divulgação desta lei
945 junto às escolas e também nos nossos eventos. Vamos ter sete pólos
946 descentralizados no segundo semestre, totalizando 1600 participantes e podemos
947 também fazer a divulgação do BHC.

948 O Sr. **João Samek**:- É importante termos essa demanda em nível de
949 programação, uma vez que está sendo feita a execução deste material. Obrigado.

950 Na seqüência Conselheiro Adriano - SEAB.

951 O Sr. **Adriano Luiz Reisemberg** (SEAB):- Respondendo ao questionamento
952 da Carla sobre a declaração de agrotóxicos vencidos queria dizer que no mundo ideal
953 não deveríamos ter nas propriedades sobras de agrotóxico. Se eles fossem vendidos
954 com receita e esta receita fosse adequadamente elaborada, com diagnóstico, com
955 recomendação da quantidade certa a ser adquirida, não há porque imaginar que
956 sobre agrotóxico na propriedade. Quando no comércio encontramos agrotóxicos
957 vencidos fazemos com que a empresa produtora recolha – isso é o que está previsto
958 no decreto. A mesma coisa entendo deve acontecer excepcionalmente quando o
959 agricultor tiver agrotóxico que ele comprou com nota fiscal, que ele devolva ao
960 comerciante que fez a venda para que seja devolvido ao fabricante. Entendo que seja
961 assim que devemos encarar o problema. Excepcionalmente aqueles agrotóxicos que
962 não se tem a condição de identificar a origem, e há muito tempo isso está na
963 propriedade, aí seria o caso de se incluir na autodeclaração. Ele é um agrotóxico
964 obsoleto, talvez ainda não proibido legalmente, mas há tanto tempo depositado lá na
965 propriedade que se perdeu a origem, não se consegue mais identificar o fabricante
966 para que ele recolha. Acho que esta é a distinção que tem que ser feita. É um pouco
967 difícil de escrever isso, mas gostaria que os conselheiros entendessem que essa é a
968 sistemática. Eu tenho um agrotóxico que eu comprei, com nota fiscal e está vencido,
969 mas é uma data recente e consigo identificar essa cadeia comercial há um
970 procedimento normal de fazer com que o fabricante receba isso, sem que tenhamos
971 que incluir nesse programa de parceria aí.

972 A Sra. **Carla** (FAEP):- Só uma dúvida. E a respeito dos proibidos, Adriano,
973 dos que foram proibidos aqui no Paraná?

974 O Sr. **Adriano Luiz Reisemberg** (SEAB):- Aí a cartilha esclarece: BHC e
975 outros agrotóxicos proibidos.

976 A Sra. **Carla** (FAEP):- É a respeito dos proibidos que os produtores estão
977 perguntando. Por exemplo, o TEME, entramos na lista e está proibido no Paraná, no
978 Paraná.

979 O Sr. **Adriano Luiz Reisemberg** (SEAB):- Ele está na mesma situação que
980 falei. Se existe uma cadeia identificada no comércio, temos como fazer com que o
981 comerciante que vendeu receba e a partir daí volte ao fabricante.

982 A Sra. **Carla** (FAEP):- Mesmo que esteja proibido, se existir a...

983 O Sr. **Adriano Luiz Reisemberg** (SEAB):- ... a rastreabilidade disso aí...

984 A Sra. **Carla** (FAEP):- Obrigada.

985 O Sr. **João Samek**:- Volto ao Conselheiro Gava, que tinha uma manifestação.

986 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Abro espaço ao Paulo Drabick que, sem fazer
987 palestra, faça sua manifestação.

988 O Sr. **Paulo Drabick** (Diretor de Vila Velha):- Dos presentes aqui acho que só
989 o Paulo Pizzi estava na instalação do Conselho em 1984, não é? Quase, né. Então o
990 restante do pessoal não lembra disso. Mas na instalação oficial em 1986, só para
991 recordar essa recaída do CEMA que foi parar na toca da Sema. Então CEMA era um
992 Conselho extremamente ativo, as reuniões eram no Palácio, na Sala dos
993 Governadores, os Secretários só tem um Secretário, só o Rasca estava aqui, não tem
994 mais nenhum Secretário intitulado aqui presente. Então essa decaída não sei o
995 porquê disso, mas realmente precisávamos ter esse CEMA novamente com uma
996 credibilidade.

997 Então, Gava, gostaria que o CEMA até pelo menos o final desse Governo o
998 CEMA tivesse toda essa função e essa questão que você mencionou da
999 transparência desse Fundo Estadual de Meio Ambiente, dessas muitas convertidas, o
1000 que se faz hoje? Onde foram aplicadas? Acho que precisamos ver todas essas
1001 questões e que o CEMA realmente tenha um patamar pelo menos não de adegas
1002 como está hoje. Era isso.

1003 O Sr. **Roberto Gava** (FIEP):- Sr. Presidente, gostaria de sugerir o seguinte, já
1004 que estamos falando de reestrutura do fundo, só reestruturando, capacitando o fundo
1005 é que nós vamos poder viabilizar uma outra proposta que a cada reunião do CEMA a
1006 Secretaria apresente um mapa das freqüências, porque provavelmente tem entidades
1007 que está faltando há mais de cinco vezes e o Estatuto prevê que ela seja exonerada.
1008 De modo que fica mais esta sugestão de termos, a cada reunião, um quadro de
1009 presenças passadas e aqueles que já estão em risco de exoneração. Obrigado.

1010 O Sr. João Samek:- Por favor, Conselheiro Rafael Gustavo.

1011 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Só um resgate que o Drabick. O
1012 Conselho teve a previsão inicial em 1984, foi instalado em 1986, em 1989 a
1013 Constituição do Paraná veio e colocou o Conselho na condição de órgão
1014 constitucional. Se não me falha a memória em 1999 veio a lei, depois de sucessivas

1015 alterações que definiu a composição, enfim, as diretrizes constitucionais. Dessa lei
1016 decorreu uma autorização para o poder Executivo poder compor o CEMA. Foi a partir
1017 daí que começou a se desestruturar em 2001, porque ficou ao crivo do chefe do
1018 Poder Executivo. Então, perdemos aquela garantia que está prevista na Constituição
1019 do Estado do Paraná, ao meu ver, errada. Não de estar prevista na Constituição, mas
1020 as normativas decorrentes da Constituição de 1989 foram enfraquecendo o Conselho
1021 e isso não menospreza a presença de cada um aqui hoje, independente de ter
1022 Secretário presente ou não, o que importa é a vontade de estar aqui e o
1023 comprometimento com a causa, independente de quem venha compor o Conselho.

1024 É importante que se faça essa lista de presença seguidamente para que os
1025 interessados venham participar efetivamente do Conselho. Só com a participação da
1026 gente, dos conselheiros, que o Conselho vai se levantar.

1027 Aí acho pertinente complementar o que o Conselheiro Gava falou, até escrevi
1028 isso ontem de tarde. A questão do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Por lei cabe ao
1029 IAP o gerenciamento da administração dos recursos do fundo, inobstante isso seja
1030 um desdobramento legal, nada impede que as políticas ambientais aqui no Paraná,
1031 que utilize os recursos do CEMA, devem ou possam ser objeto de deliberação pelo
1032 Conselho Estadual do Meio Ambiente. Na mesma lógica, nada impede, ainda, que a
1033 prestação de contas do Fundo Estadual de Meio Ambiente, após análise e parecer
1034 por parte do Tribunal de Contas do Estado do Paraná deve ser submetida ao plenário
1035 do Conselho Estadual do Meio Ambiente para aprovação ou reprovação, a exemplo
1036 do que ocorre com os municípios, onde a Câmara acolhe ou não o parecer do
1037 Tribunal de Contas do Estado do Paraná, aprovando ou não as contas do Poder
1038 Executivo local. Todavia, desde a criação do Fundo Estadual de Meio Ambiente, em
1039 2000, parece não existir uma transparência quanto aos seus recursos e sua
1040 aplicação, tampouco quanto a prestação de contas. Por esta razão, somadas as
1041 diversas vezes em que este Conselheiro espontaneamente se manifestou, seja na
1042 forma escrita ou verbal, somadas as outras manifestações de outros conselheiros,
1043 como o Conselheiro Gava aqui presente, o Drabick que usou a palavra para
1044 complementar o que ele falou e tantos outros, solicito e peço a aprovação dos demais
1045 conselheiros que este Conselho expeça ofícios ao IAP e ao Tribunal de Contas do
1046 Estado do Paraná para saber a real posição do Fundo Estadual de Meio Ambiente da
1047 questão de recursos e que esses recursos sejam disponibilizados para a Secretaria
1048 do Conselho para que possamos ter um Conselho e, além de estar disponibilizado
1049 para a Secretaria do Conselho Estadual do Meio Ambiente, que sejam publicados na
1050 internet para que a população tome conhecimento e se manifeste, sob pena que se
1051 este Conselho não agir e não forem tomadas as medidas necessárias, serão
1052 provocadas as instâncias judiciais ao Ministério Público competente. Gostaria de
1053 deixar registrado isso.

1054 E um outro ponto, hoje falamos muito do IAP, todo mundo falou do IAP
1055 tamanha a importância do órgão ambiental do Paraná. Fiz uma minuta ontem,
1056 refletindo a respeito, porque acho um disparate o que as políticas públicas ao longo
1057 dos anos estão fazendo com o IAP e corre o risco de fazer com a Suderhsa, com o
1058 ITC, com o nosso novo Instituto de Terras e Cartografias. Então redigi a seguinte
1059 reflexão e gostaria de pedir apoio do Conselho para que se redija um ofício e se
1060 encaminhe ao Poder Executivo Estadual. “Atualmente as demandas ambientais
1061 encontram eco nas necessidades diuturnas que é correlata a preservação,
1062 conservação e melhoria da qualidade ambiental. Isso parece ser um ponto de
1063 convergência no globo terrestre. O Estado, por sua vez, necessita aparelhar-se,
1064 ocupar o espaço para a qual possui razão de existir. Caso contrário, abrirá perigosa
1065 lacuna estimulando o desregramento social, deixando ainda mais a mercê do
1066 descaso e das nefastas leis de mercado os menos afortunados. Parece que não é o
1067 caso do Paraná, que possui um governo de certa maneira com força aqui em
1068 determinadas questões, mas não nesta que pontualizo. Em que pese os acertos, é
1069 inegável que o quadro técnico do Instituição Ambiental do Paraná vem sofrendo ao
1070 longo dos tempos baixas, sobrecarregando de maneira desumana os seus técnicos e
1071 corpo funcional remanescente, abrindo-se frente para decisões normativas que
1072 tendem a atribuir aos administrados, via autocontrole, o papel que cabe ao Estado no
1073 uso do papel do poder de polícia. Ora, o IAP atua em diversas frentes, sendo o
1074 licenciamento e a fiscalização apenas duas de tantas e outras valiosas atribuições
1075 que cabem a este centro de excelência no Estado do Paraná. Sr. Presidente,
1076 considerando que nunca houve concurso público para o IAP, pois sua origem desde
1077 1992 ocorreu em virtude da fusão da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio
1078 Ambiente - SURHEMA, e do Instituto de Terras, Cartografias e Florestas - ITCF,
1079 quando, então, era governador Exmo. Sr. Roberto Requião de Melo e Silva, que
1080 atualmente ocupa o seu terceiro mandato, evidencia-se a imediata necessidade de
1081 preenchimento ao menos de cargos vagos que por lei estão vinculados a esta
1082 autarquia. Igual simetria, percebe-se que as demandas sociais tornaram-se mais
1083 complexas sendo um ponto inovador com a política nacional dos recursos hídricos de
1084 1998 a gestão por bacia hidrográfica, o que vem somar certa complexidade em face
1085 das divisões políticas administrativas, que todos sabemos nem sempre obedece aos
1086 limites naturais. Por outro lado, no ano de 2000, criou-se ainda sistema nacional de
1087 unidade de conservação, impondo ao sistema nacional de meio ambiente de 1981
1088 novas tarefas. Tudo isso sem se esquecer da nova legislação de saneamento básico
1089 de 2007 e da legislação estadual de recurso sólido de 1999. Pois bem, evidenciado
1090 só aqui a enorme quantitativa de demandas não se pode esquecer que o
1091 licenciamento ainda é o carro-chefe do IAP, pensando à atual administração pública
1092 estadual o licenciamento do nosso Porto de Paranaguá como exemplo recorrente

1093 registrado como compromisso de governo. Na se esqueça da nobre e difícil missão
1094 fiscalizatória, o do corpo a corpo e no embate desproporcional, muitas das vezes
1095 colocam os fiscais do IAP em desvantagens, abrindo-se mão de contingente da
1096 valorosa Polícia Ambiental para dar apoio e segurança na maioria das vezes à
1097 integridade física dos técnicos. Feita esta síntese, é indubitável que o IAP necessita
1098 urgentemente que seus quadros vagos sejam preenchidos, o que representa, no
1099 limite do ordenamento, a imediata abertura de concurso público.

1100 Desta feita, solicito que seja colocado em votação dentro do conselho a
1101 expedição de um ofício ao Chefe do poder Executivo do Estado do Paraná, Exmo. Sr.
1102 Governador do Estado, para que promova abertura de concurso público do IAP, pelo
1103 menos para reestruturação imediata desses quadros vagos. Esta é a ponderação
1104 que tenho a fazer. Obrigado.

1105 O Sr. **João Samek**:- Agradecemos a oração do Conselheiro Gustavo e
1106 encaminhamos da seguinte forma, que todas as posições, colocações sejam
1107 encaminhadas ao Presidente do Conselho, para a Secretaria Executiva que vamos
1108 tratar dessa matéria com a devida urgência e com a tramitação decorrente dessa
1109 solicitação.

1110 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Pela Ordem. Sr. Presidente,
1111 acredito que nada impede que votemos a questão de expedição de ofícios. Este para
1112 o Instituto Ambiental do Paraná e para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná,
1113 resgatando todo o balanço do Fundo Estadual de Meio Ambiente desde o ano de
1114 2000, época em que foi criado por lei. Nada impede que votemos a expedição do
1115 ofício, assim como a questão da reestruturação, pelo menos a abertura de concurso
1116 público do IAP. A expedição do documento formal de ofício da Secretaria Executiva
1117 decorrente da deliberação deste Plenário. Vejo que não há impedimento nenhum.
1118 Posso encaminhar o que está escrito aqui, sem problema algum, mas vejo que é
1119 viável votarmos agora este a expedição desses ofícios.

1120 O Sr. **João Samek**:- Reitero o meu pedido anterior no seguinte sentido.
1121 Houve situações de reestruturação, fortalecimento, tudo isso são matérias que vem
1122 com o apoio dos conselheiros com as alterações buscar o fortalecimento, a questão
1123 da transparência, tudo como está sendo colocado. Entretanto, nesta seqüência, se
1124 houvesse a possibilidade de se encaminhar para a Secretaria Executiva e para a
1125 presidência para que pudéssemos fazer uma análise, não necessariamente agora
1126 partir para uma deliberação de assunto dessa matéria.

1127 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Sr. Presidente, entendo sua
1128 preocupação, sua ponderação, mas isso não é um tema novo. É um tema que está
1129 recorrentemente sendo discutido com exceção da questão da reestruturação do IAP,
1130 este sim, concordo até porque tenho abaixo-assinado em meu poder de outras
1131 pessoas que represento, falando, ecoando, porque estou fazendo eco aqui neste

1132 plenário. Isso é ponto pacífico, encaminho a documentação por escrito, mas a
1133 questão do Fundo Estadual de Meio Ambiente acredito que devemos sair daqui com
1134 uma resolução, seja por parte do indeferimento de expedição de ofício, uma análise
1135 posterior, mas pelo menos um enfrentamento desse problema, definirmos alguma
1136 coisa hoje, porque vai ficar para a próxima plenária em dezembro, se não existir outra
1137 extraordinária. Então, gostaria que fosse colocada em deliberação pelo plenário.

1138 A Sra. **Rosita Márcia Wilner** (SEPL):- Acho que antes de expedirmos um
1139 encaminhamento ao Tribunal de Contas, poderíamos pedir a apresentação do uso do
1140 fundo pela Secretaria ou pelo IAP. A gente encaminha ao Tribunal de Contas se
1141 tivermos o questionamento, dúvidas, etc., mas antecede um pedido de apresentação
1142 pelo IAP da utilização desse fundo. Encaminharia neste sentido, de solicitar ao IAP a
1143 apresentação da utilização deste fundo desde 2000.

1144 O Sr. **João Samek**:- Então, atendendo a sugestão, seria feito esse
1145 expediente no sentido de solicitar ao IAP a questão da transparência que está sendo
1146 solicitado.

1147 O Sr. **Walter** (SEIM):- Presidente, pela ordem. Gostaria de reforçar esse
1148 pedido de explicação e ele pode inclusive compor o documento que já foi proposto
1149 pelo Secretário, pelo Presidente do conselho, ao IAP. Os diversos pedidos, esse
1150 também é um pedido bastante importante que tem que ser ressaltado. Gostaria ainda
1151 de lembrar a presidência que naquela proposta, na sugestão da Câmara Temática,
1152 que a Secretaria Executiva apresenta uma proposta, que fosse fixada uma data pela
1153 plenária.

1154 O Sr. **João Samek**:- Conselheiro, diante daquilo que foi colocado
1155 anteriormente foi manifestação da Câmara Técnica que foi fruto desse trabalho
1156 centralizado e que haveria uma análise por parte inclusive do Secretário junto ao IAP
1157 para verificar o encaminhamento.

1158 Então, esses assuntos que foram colocados aqui agora no momento são
1159 assuntos que têm um envolvimento direto com a esta instituição, o fundo é gerido
1160 pelo IAP, por isso que está registrado e entra para a prioridade para fazer esse tipo
1161 de análise e, aí, na seqüência, numa outra reunião, se for o caso entra.. para poder
1162 fazer?? São assuntos que envolvem o fortalecimento da Sema, o envolvimento do
1163 IAP, todo o sistema Sema de certa forma, mas principalmente a questão do fundo, a
1164 participação da Câmara Temática. Nesse sentido que estávamos sugerindo o
1165 encaminhamento desses pontos registrados, já fazem parte da reunião e que serão
1166 tratados com prioridades pelo Secretário.

1167 O Sr. **Walter** (SEIM):- Então, só gostaria de reforçar com relação ao assunto
1168 da Câmara Temática, a reestruturação da Secretaria Executiva, que foi proposta que
1169 tivesse uma data para que o próprio Secretário Executivo possa se orientar a respeito
1170 do assunto.

1171 O Sr. **João Samek**:- Poderia ser trazido até a próxima reunião extraordinária
1172 que já foi fruto do comentário que foi feito anteriormente, que haverá uma Câmara
1173 Extraordinária para tratar exclusivamente desse assunto. Então vamos buscar esta
1174 data como sendo a data-limite.

1175 Alguma manifestação complementar.

1176 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Só para não ficar solta esta
1177 questão da próxima plenária extraordinária, como já foi indicado numa reunião
1178 anterior que haveria uma plenária extraordinária e não aconteceu, gostaria de deixar
1179 fixada, que colocássemos um limite de trinta dias, por exemplo, para termos uma
1180 próxima reunião. Não sei se é viável por parte da secretaria, que seja aqui mesmo,
1181 aqui no auditório da Sema. Deixar uma data limite: 30, 40, 50 dias para que tenhamos
1182 um horizonte, como a gente possa trabalhar, até para a Secretaria já se programar
1183 neste sentido. Gostaria de consultar o Secretário do conselho para ele sugerir uma
1184 data: “no máximo tanto dias vai ter a próxima plenária extraordinária”.

1185 O Sr. **João Samek**:- Dentro dessa data que está sendo buscada, faremos
1186 uma consulta na agenda e daí encaminharemos a todos os conselheiros.

1187 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Entendo, mas gostaria de sair
1188 daqui com uma data fixada: “No máximo em tantos dias vai ter esta reunião!”.

1189 O Sr. **João Samek**:- Então podemos estabelecer em 45 dias.

1190 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- No máximo 45 dias vai ter uma
1191 reunião que serão abordados todos esses assuntos. Vai ser chamado o IAP para,
1192 dentre outras questões, esclarecer a questão do fundo, dos recursos da gestão.
1193 Deixe bem claro isso que vai ser a pauta da reunião, porque não adianta convocar
1194 uma reunião para daqui a 45 dias e a pauta ser outra. A pauta vai versar sobre essas
1195 questões pontuais, que é a questão do Cema 050, dos resíduos, da implantação da
1196 matriz e do Fundo Estadual de Meio Ambiente e até pediria vênica para incluir esta
1197 questão da reestruturação do IAP.

1198 O Sr. **João Samek**:- Ok. Está registrado e vamos buscar esta data em até 45
1199 dias, o limite, que discutimos todas as informações.

1200 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Obrigado, Sr. Presidente.

1201 O Sr. **João Samek**:- Mais alguma manifestação.

1202 O Sr. **Rafael Gustavo Cavichiolo** (Gari):- Para um informe, Sr. Presidente.
1203 Acho que é pertinente que todos os conselheiros saibam que tenho uma preocupação
1204 muito grande entre Conselhos, entre pessoas e vejo que é correlata à nossa atividade
1205 aqui, a Dra. Ana Cláudia acabou de sair para ir ao Patrimônio Histórico e Artístico e
1206 Cultural – COFAN, vinculado à Secretaria de Cultura. Temos vários bens aqui no
1207 Estado do Paraná tombado, dentre eles a Serra do Mar e às vezes cometemos uma
1208 ilação de deliberar qualquer coisa dentro do Conselho e se esquece que o bem às
1209 vezes é tombado. Vejo que as vezes é necessário buscarmos uma integração maior

1210 com o COFAN e também com o Conselho Estadual de Trânsito. Um exemplo
1211 recorrente é a questão das emissões dos veículos que até hoje não foi abordado em
1212 nosso país, embora o Código de Trânsito de 1998 tenha previsto isso dentro do seu
1213 contexto. Foi relegado ao segundo momento e não enfrentamos à questão.

1214 Então, procurando o Conselho Estadual de Trânsito não consegui achar
1215 nenhuma informação na internet para ser bem preciso. O COFAN você consegue
1216 levantar todos os bem tombados e com restrições ou vínculo àquele Conselho. O
1217 Conselho Estadual de Trânsito já não consegui encontrar nenhum tipo de informação.
1218 Mande um e-mail para a Ouvidoria do Estado, deram-me um contato eletrônico,
1219 senão me falha a memória, Sr. Marcos Bento. Entrei em contato solicitando
1220 informações de como funciona, como se estrutura, onde poderia encontrar
1221 deliberações, atas, enfim, essa série de informações que temos em nosso Conselho
1222 publicado no site próprio. Entrou em contato comigo o assessor jurídico do Conselho
1223 e declinou de me trazer maiores informações de como funciona o Conselho Estadual
1224 de Trânsito. Ao meu ver, vejo que esta questão está atrelada de eles possuírem uma
1225 gratificação por reunião. Cada reunião que o conselheiro do Conselho Estadual de
1226 Trânsito participa, e você lá no Conselho Estadual de Trânsito têm a grande maioria
1227 formada por funcionário público ou representantes do setor primário, que é o setor
1228 público, eles recebem R\$ 456,80 por sessão. Aí questionei de onde sai esse recurso.
1229 É claro que esse recurso vai sair do Fundo Estadual de Trânsito, mas a que título é
1230 feito este pagamento, como é feito. Soube que são seis sessões que eles têm
1231 durante o mês. Dessas seis sessões rendem R\$ 2.740,00 por mês para cada um.
1232 Então cada participação na sessão no Conselho deles é este valor, porque é limitado
1233 pelo próprio decreto. Aí fui procurar onde esse decreto está lastreado, porque você
1234 não pode o Executivo criando despesas. Ele não está lastreado em nada, está
1235 lastreado no Código Nacional de Trânsito. A meu ver, vejo algum foco de
1236 irregularidade, talvez, em cima disso. Em tese! Não posso afirmar porque não
1237 consegui mais informações. Então, o que me foi informado? Que o Secretário
1238 Estadual de Meio Ambiente se corresponderia com o Secretário Estadual da
1239 Segurança Pública para troca de informações. Claro que refutei essa hipótese,
1240 porque isso é um controle social. Todos podemos e devemos efetuar esse controle
1241 social em cima da questão do patrimônio público. Não tive retorno e respondi ao
1242 assessor jurídico do CETRAN que não estou afeto à questão hierárquica do
1243 Secretário de Estado de Meio Ambiente. Faço parte do Conselho, dentro do Conselho
1244 estamos aqui planejados e eu saindo daqui não tenho hierarquia com nenhuma
1245 estrutura estatal. Estou fazendo o meu controle social, julgo que todos aqui deveriam
1246 fazer. Então respondi neste sentido. Gostaria que fosse buscada esta informação, se
1247 realmente o Secretário Estadual da Segurança Pública entrou em contato com o
1248 Secretário Estadual do Meio Ambiente passando essas informações e a que nível

1249 isso está, porque indubitavelmente não conseguindo obter essas informações vou
1250 procurar os meios jurídicos que posso abrir mão deles.

1251 Então gostaria de deixar pontualizado isso e procurar saber mais, assim como
1252 deixando registrado em ata, e tendo uma resposta sobre, se realmente o Secretário
1253 de Meio Ambiente foi procurado, recebeu informações ou não ou se tratou apenas de
1254 manobra protelatória. Agradeço a atenção. Obrigado.

1255 O Sr. **João Samek**:- Através da Secretaria vamos buscar essas informações
1256 para poder clarear essa sua dúvida. Mais alguma manifestação? Simone.

1257 A Sra. **Simone Tanus** (TUIUTI):- É sobre a Conferência de Saúde e Meio
1258 Ambiente que tem a possibilidade de ter cinco delegados do Conselho Estadual de
1259 Meio Ambiente e não temos lá. Acho que seria interessante, hoje só tem três
1260 participantes, tem mais duas vagas, o Conselho Estadual de Saúde está em peso
1261 participando. Então seria interessante que mais dois conselheiros participassem
1262 dessa Conferência Nacional e da Estadual. Já estou lá pela Sema, mas seria bem
1263 interessante que tivesse uma participação mais efetiva ou das ONG's também.

1264 A Sra. **Bethania Cristiane Herrmann**:- A Faculdade Evangélica, como é uma
1265 instituição da área de saúde, acho que poderíamos ter muito a contribuir sim nessa
1266 conferência.

1267 O Sr. **João Samek**:- Mais algum Conselheiro?

1268 A Sra. **Kátia** (SEED):- Gostaria de repassar mais uma vaga, devolver uma
1269 vaga para o Conselho, porque a princípio tínhamos colocado duas representantes da
1270 educação no Conselho que era a Marinalva e a Jaqueline. Porém uma delas está
1271 pela SEED, pela vaga da SEED também, então está havendo um conflito de
1272 representatividade. Então conversei com o Castella e vai ficar uma representante
1273 pelo Conselho, que estamos preparando ofício para a Professora Evelyse
1274 encaminhar, e uma representante pela SEED. Então, devolvemos uma vaga para o
1275 Conselho. Então na verdade temos duas vagas para o Conselho.

1276 O Sr. **João Samek**:- Mais alguém? Está definido?

1277 O Sr. **Paulo Roberto Castella** (Secretário Executivo):- Um pedido da FAEP.
1278 Quem quiser os cartazes e o folder que foi apresentado aqui pelo Secretário e até a
1279 cartilha que o Secretário disse que vai providenciar mais algumas, que faça através
1280 do e-mail do Conselho para que possamos pedir para a FAEP, para a Secretaria
1281 providenciar a quantidade solicitada de divulgação.

1282 O Sr. **João Samek**:- Mais alguém? Não! Então vamos passar para o
1283 encerramento. Finalizamos nossa reunião, agradeço a participação de todos, as
1284 contribuições, todas muito bem levantadas. Então já ficamos com a programação
1285 com vista à próxima reunião extraordinária dentro daquele prazo estabelecido.
1286 Damos por encerrada a presente reunião e até a próxima.